ISSN: 2358-8829

O PROCESSO DE RECONHECIMENTO ESCOLAR NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM CODÓ - MA

Rosina de Araújo Benvindo [1]
Brenda Abigail Freire de Jesus Coelho [2]

1 INTRODUÇÃO

A organização das instituições escolares constitui uma dimensão fundamental para o funcionamento dos sistemas de ensino e para a garantia do direito à educação. Nesse contexto, os processos de autorização, reconhecimento e acompanhamento das instituições de ensino não devem ser compreendidos exclusivamente como procedimentos administrativos, uma vez que também possibilitam verificar as condições de funcionamento, a organização pedagógica, a documentação escolar e a coerência entre os documentos institucionais e as práticas desenvolvidas no cotidiano.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira e compreende a educação como um processo relacionado à vida familiar, à convivência humana, ao trabalho, às instituições de ensino e pesquisa, aos movimentos sociais e às manifestações culturais (Brasil, 1996). Dessa forma, a organização das instituições educacionais precisa estar articulada aos princípios legais, pedagógicos e administrativos que orientam a Educação Básica, considerando as responsabilidades dos sistemas de ensino e as finalidades da educação escolar.

No âmbito municipal, os Conselhos Municipais de Educação assumem importante função normativa, consultiva e de acompanhamento das políticas educacionais, conforme as competências estabelecidas no sistema de ensino. Nesse sentido, os processos de reconhecimento das instituições constituem instrumentos de acompanhamento da organização escolar e de verificação do atendimento às normas educacionais.

[1] Pedagoga (UFMA), mestra em Educação (UNISC), especialista em Supervisão Educacional (FAESPI), professora e supervisora de carreira do município e integrante do Conselho Municipal de Educação de Codó–MA. E-mail: rosinabenvindo@gmail.com;
[2] Mestranda em Ensino na Educação Básica pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPEEB/UFMA); especialista em Docência do Ensino Superior (FACUMINAS), em Ensino de Ciências e Biologia (FACUMINAS) e em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (IFPI); licenciada em Pedagogia (UNICIVE) e em Ciências Naturais, com habilitação em Biologia (UFMA). E-mail: brendaabigailfreire64@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

Foi nesse contexto que se desenvolveu a experiência, realizada em três escolas da Rede Municipal de Ensino de Codó – MA, durante o período de março a dezembro de 2025. A ação teve como objetivo contribuir para a organização e sistematização dos documentos necessários aos respectivos processos de reconhecimento junto ao Conselho Municipal de Educação.

A experiência partiu da compreensão de que a documentação escolar não representa apenas um conjunto de exigências burocráticas. Documentos como Regimento Escolar, Proposta Pedagógica, Proposta Curricular, registros acadêmicos, relação de profissionais, inventário dos espaços e equipamentos e demais instrumentos institucionais expressam aspectos da identidade e da organização da escola.

Nesse sentido, Freire (1996) compreende a prática educativa como uma ação que exige reflexão crítica sobre a realidade e sobre a própria prática. Essa perspectiva contribuiu para compreender o processo de reconhecimento como uma possibilidade de reflexão coletiva acerca das condições concretas de funcionamento das instituições.

O objetivo deste relato é apresentar e analisar a experiência desenvolvida no acompanhamento de três escolas municipais de Codó, destacando as estratégias utilizadas, os principais desafios identificados, os resultados alcançados e as aprendizagens construídas ao longo do processo.

2 METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-reflexivo. A escolha dessa abordagem decorre da necessidade de compreender o processo desenvolvido a partir das experiências vivenciadas pelas autoras durante o acompanhamento das instituições.

A experiência foi desenvolvida entre março e dezembro de 2025, totalizando nove meses de atividades, em três instituições da Rede Municipal de Ensino de Codó – MA.

Foram envolvidas inicialmente as seguintes instituições:

- Colégio Municipal São Francisco;
- Escola Municipal Carlos Gomes, com atendimento ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do 1º ao 5º ano;
- Escola Municipal Governador Archer, com atendimento ao Ensino Fundamental – Anos Finais, do 6º ao 9º ano, e à Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI.

ISSN: 2358-8829

As ações foram desenvolvidas mediante diferentes procedimentos: visitas técnicas, observação dos espaços escolares, entrevistas e conversas com gestores e profissionais, análise documental, reuniões, momentos de escuta, orientações técnicas e elaboração coletiva dos documentos institucionais.

O trabalho teve como referência principal a Resolução CME nº 02/2021, especialmente o Art. 3º e seus parágrafos, que estabelecem documentos necessários à instrução dos processos de reconhecimento das instituições.

A análise da experiência foi realizada a partir dos registros construídos durante as atividades, das observações realizadas nas instituições e das reflexões produzidas pelas autoras ao longo do processo.

A experiência teve início a partir da designação da Secretaria Municipal de Educação para que as autoras contribuíssem com três instituições da Rede Municipal de Ensino de Codó na preparação da documentação necessária aos processos de reconhecimento.

O primeiro movimento consistiu em conhecer a realidade de cada escola. Antes de iniciar a organização documental propriamente dita, foram realizadas visitas às instituições, buscando compreender suas características, os espaços disponíveis, a organização administrativa, as práticas pedagógicas e as principais dificuldades enfrentadas pelas equipes.

Essa etapa foi importante porque permitiu perceber que as três instituições apresentavam características próprias, relacionadas às etapas e modalidades de ensino atendidas, ao perfil dos profissionais, à estrutura física, à organização administrativa e às necessidades específicas de cada comunidade escolar.

Durante o processo de organização documental, foram realizados o levantamento e a conferência dos documentos necessários à instrução dos processos de reconhecimento das instituições escolares, considerando as exigências estabelecidas pela Resolução CME nº 02/2021. A Tabela 1 apresenta os documentos e as informações trabalhados, distribuídos em duas colunas, sem repetição dos títulos.

Tabela 1 – Documentos e informações trabalhados no processo de reconhecimento institucional

Nº	Documentos e informações	Nº	Documentos e informações

1	Requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Municipal de Educação	10	Relação dos profissionais técnicos, administrativos e pedagógicos
2	Ato constitutivo ou lei de criação da entidade mantenedora	11	Indicação do secretário escolar
3	Alvará de funcionamento	12	Regimento Escolar
4	Documentação referente à propriedade ou ocupação do imóvel	13	Proposta Pedagógica
5	Carta de habite-se	14	Plano curricular
6	Relação de mobiliários e equipamentos	15	Organização da escrituração escolar e do arquivo
7	Relação de recursos pedagógicos	16	Declaração da capacidade física de matrícula por turno
8	Levantamento do acervo bibliográfico	17	Planta baixa ou croqui dos espaços físicos
9	Relação do corpo docente e respectivas habilitações	18	Previsão de matrícula e relação professor/aluno

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A organização desses documentos ocorreu de maneira gradual, respeitando as particularidades de cada instituição e as necessidades identificadas durante o acompanhamento. Esse processo contribuiu para sistematizar as informações administrativas, pedagógicas e estruturais, favorecendo a identificação de pendências e o planejamento das providências necessárias à instrução dos processos de reconhecimento escolar.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A organização escolar compreende diferentes dimensões, entre as quais se destacam a administrativa, a pedagógica, a documental, a estrutural e a humana. Essas dimensões articulam-se continuamente, de modo que os processos de acompanhamento institucional devem considerar a escola como um espaço complexo, constituído por diferentes sujeitos, práticas, saberes e relações sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabelece, em seu art. 1º, que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho

e à prática social (Brasil, 1996). Essa determinação evidencia a necessidade de compreender a instituição educativa em articulação com a realidade social na qual está inserida. Nessa perspectiva, os documentos institucionais devem considerar as características da comunidade escolar, suas necessidades e demandas, bem como os objetivos formativos definidos coletivamente.

Nesse contexto, a Proposta Pedagógica assume papel fundamental na organização do trabalho escolar, uma vez que explicita os princípios, as concepções, os objetivos e as estratégias que orientam as práticas educativas. Sua elaboração deve estar articulada às necessidades da comunidade escolar e às finalidades da educação, de modo a contribuir para a coerência entre o planejamento e as ações desenvolvidas. Por sua vez, o Regimento Escolar estabelece normas e procedimentos que regulamentam a organização e o funcionamento da instituição, devendo manter consonância com a legislação educacional vigente e com as orientações do respectivo sistema de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) constitui outro importante referencial para a elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas das instituições de Educação Básica. O documento define um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (Brasil, 2018). Dessa forma, a organização dos documentos institucionais deve assegurar a articulação entre as diretrizes nacionais, as normas dos sistemas de ensino e as especificidades do contexto escolar.

Outro aspecto relevante diz respeito à participação dos profissionais da educação na elaboração, na implementação e na revisão dos documentos institucionais. Tardif (2002) compreende os saberes docentes como plurais e constituídos a partir de diferentes fontes, experiências e relações estabelecidas no exercício profissional. Essa compreensão reforça a importância de valorizar os conhecimentos construídos pelos profissionais no cotidiano escolar, de modo que os documentos institucionais não se restrinjam ao cumprimento de exigências burocráticas, mas expressem as práticas, as necessidades e os objetivos da comunidade escolar.

Nessa mesma perspectiva, Freire (1996) enfatiza a importância do diálogo, da escuta e da reflexão crítica sobre a prática educativa. Esses princípios contribuem para compreender a participação coletiva como elemento essencial à construção de processos institucionais mais democráticos e coerentes com a realidade escolar. Na experiência desenvolvida nas escolas, buscou-se aproximar tais princípios do processo de organização

documental, mediante a criação de espaços de diálogo nos quais gestores, professores e demais profissionais pudessem compartilhar percepções, identificar dificuldades e apresentar propostas de aprimoramento.

O processo de acompanhamento institucional também pode ser relacionado às diretrizes do planejamento educacional brasileiro, especialmente no que se refere à qualidade da educação, à valorização dos profissionais e à gestão democrática. Nesse sentido, a análise das políticas educacionais deve considerar o Plano Nacional de Educação (PNE) e a legislação que o institui, observando as diretrizes e metas efetivamente previstas no instrumento legal vigente. Essa articulação permite situar as ações de organização documental em um contexto mais amplo de planejamento, acompanhamento e aprimoramento da educação.

Portanto, o reconhecimento institucional pode ser compreendido como parte de um processo contínuo de acompanhamento e qualificação da organização escolar. Mais do que verificar a existência de documentos, esse processo pressupõe analisar sua adequação às normas educacionais, sua coerência com a proposta formativa da instituição e sua correspondência com as práticas efetivamente desenvolvidas, valorizando a participação dos sujeitos que integram a comunidade escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Desenvolvimento das Ações

Uma das principais ações realizadas foi o acompanhamento das equipes escolares na construção e atualização dos documentos institucionais.

No caso do Regimento Escolar, as orientações concentraram-se na organização das normas relacionadas ao funcionamento da instituição, aos direitos e deveres dos diferentes segmentos, à organização administrativa e pedagógica e aos procedimentos escolares.

Na Proposta Pedagógica, o trabalho buscou promover maior articulação entre os princípios educacionais, a realidade das escolas, os objetivos de aprendizagem, a organização curricular e as características das comunidades atendidas.

Também foram realizadas ações relacionadas à Proposta Curricular, buscando verificar sua organização e compatibilidade com as etapas de ensino ofertadas pelas instituições e com as orientações curriculares vigentes.

Outro aspecto relevante foi a análise da escrituração escolar. Foram observados registros, arquivos, documentos acadêmicos e procedimentos utilizados pelas escolas, buscando contribuir para sua sistematização e organização.

As visitas também permitiram observar aspectos relacionados à infraestrutura, aos espaços pedagógicos, aos equipamentos, ao mobiliário e aos recursos disponíveis. Essas observações foram importantes para compreender que o processo de reconhecimento envolve não apenas documentos escritos, mas também as condições concretas nas quais o trabalho educativo é desenvolvido.

Durante as atividades, a escuta dos profissionais constituiu uma estratégia importante. Gestores, professores e demais trabalhadores puderam apresentar dificuldades relacionadas à organização dos documentos, ao funcionamento da secretaria, à elaboração dos instrumentos pedagógicos e às condições estruturais das escolas.

Essa dimensão dialógica foi fundamental para que o trabalho não assumisse caráter meramente fiscalizador. Buscou-se estabelecer uma relação de colaboração e orientação, considerando que as equipes escolares possuem conhecimentos construídos a partir de sua experiência cotidiana.

Essa perspectiva encontra aproximação com Freire (1996), para quem a prática educativa exige diálogo, escuta e reflexão crítica sobre a realidade.

4.2 Relato de Experiência

Ao longo dos nove meses de trabalho, foram observados avanços significativos na organização documental das três instituições.

Um dos principais resultados foi a sistematização das informações institucionais, permitindo que as escolas identificassem com maior clareza os documentos disponíveis, aqueles que necessitavam de atualização e os que precisavam ser produzidos.

Outro resultado importante foi o fortalecimento do processo de elaboração e atualização dos documentos pedagógicos. A construção do Regimento Escolar e da Proposta Pedagógica possibilitou que aspectos relacionados à identidade e à organização das instituições fossem retomados e discutidos coletivamente.

A experiência também revelou que algumas dificuldades inicialmente percebidas como problemas exclusivamente administrativos estavam relacionadas à ausência de procedimentos sistematizados. A organização dos arquivos, por exemplo, exigiu não

apenas a localização dos documentos, mas também a definição de formas mais adequadas de classificação, armazenamento e acompanhamento.

Nesse sentido, o processo de reconhecimento contribuiu para promover uma reflexão sobre a própria gestão escolar.

A experiência também evidenciou a importância da articulação entre diferentes instâncias da educação municipal. A relação entre Secretaria Municipal de Educação, equipes escolares e Conselho Municipal de Educação mostrou-se fundamental para a orientação e o acompanhamento dos processos.

A atuação desenvolvida pelas autoras funcionou, nesse contexto, como uma mediação entre as exigências normativas e a realidade cotidiana das escolas, buscando traduzir as exigências documentais em ações possíveis e compreensíveis para as equipes.

Outro resultado relevante foi a percepção de que os documentos institucionais não devem ser construídos de maneira isolada da prática. Quando o Regimento Escolar, a Proposta Pedagógica e Proposta Curricular são elaborados sem diálogo com a realidade escolar, existe o risco de se transformarem em documentos meramente formais.

Por outro lado, quando sua elaboração envolve os profissionais da escola, esses documentos podem assumir função orientadora do trabalho pedagógico.

Essa compreensão dialoga com Tardif (2002), ao considerar que os saberes profissionais estão relacionados às experiências concretas do trabalho e aos contextos nos quais os profissionais atuam.

Durante a experiência, também foi possível identificar que o processo de reconhecimento possui potencial formativo. As orientações realizadas junto às equipes contribuíram para ampliar a compreensão dos profissionais acerca da legislação educacional, da importância da documentação escolar e da função dos instrumentos institucionais.

Dessa maneira, o trabalho ultrapassou a perspectiva de simples cumprimento de exigências burocráticas e passou a ser compreendido como uma oportunidade de formação em serviço, reflexão institucional e fortalecimento da gestão escolar.

Outro aspecto observado foi a necessidade de considerar as especificidades de cada instituição. Embora as escolas estivessem submetidas à mesma regulamentação, suas realidades eram distintas. A Escola Municipal Governador Archer, por exemplo, apresentava a particularidade de atender tanto aos Anos Finais do Ensino Fundamental

quanto à Educação de Jovens, Adultos e Idosos, exigindo atenção às características específicas dessas ofertas.

Essa constatação reforçou a compreensão de que processos de acompanhamento institucional precisam articular a dimensão normativa às condições concretas de cada escola.

4.3 Desafios Encontrados

Entre os principais desafios identificados durante a experiência esteve a necessidade de reunir documentos produzidos em diferentes momentos e, em alguns casos, atualizá-los para que apresentassem maior coerência entre si.

Outro desafio foi a organização dos registros escolares e administrativos, especialmente diante da necessidade de sistematizar informações provenientes de diferentes setores da instituição.

Também se identificou a necessidade de fortalecer a cultura de planejamento e registro institucional. Em algumas situações, determinadas práticas eram realizadas cotidianamente pelos profissionais, mas não estavam suficientemente registradas ou sistematizadas nos documentos escolares.

Esse aspecto evidenciou uma questão importante: a escola possui uma história e uma prática que precisam ser reconhecidas e transformadas em memória institucional.

Nesse sentido, o processo de elaboração documental permitiu recuperar informações, práticas e experiências que fazem parte da trajetória das instituições, contribuindo para fortalecer sua identidade.

Os desafios encontrados também demonstraram que processos dessa natureza demandam tempo, acompanhamento e diálogo permanente. A organização de toda a documentação em apenas uma etapa poderia resultar em ações superficiais. Por isso, o acompanhamento realizado ao longo de nove meses possibilitou maior aproximação com as equipes e compreensão das particularidades de cada escola.

4.4 Aprendizagens da Experiência

Uma das principais aprendizagens decorrentes da experiência foi compreender que o reconhecimento institucional pode constituir-se como momento privilegiado de autoavaliação da escola.

ISSN: 2358-8829

Ao verificar seus documentos, espaços, profissionais, práticas pedagógicas e formas de organização, a instituição passa a visualizar aspectos que muitas vezes não são percebidos no cotidiano.

Outra aprendizagem refere-se à importância da escuta. Ouvir os profissionais permitiu compreender que algumas dificuldades não estavam relacionadas à falta de compromisso, mas às condições concretas de trabalho, à ausência de orientações sistematizadas ou à necessidade de formação específica.

A experiência também permitiu compreender a importância da atuação colaborativa. O trabalho conjunto entre as autoras e as equipes escolares possibilitou a construção de soluções mais próximas da realidade institucional.

Essa perspectiva aproxima-se da compreensão freireana de que ensinar e aprender envolvem diálogo, reflexão e construção coletiva do conhecimento.

Além disso, o trabalho mostrou que a documentação institucional precisa ser compreendida como instrumento de gestão. Um Regimento Escolar bem estruturado, uma Proposta Pedagógica coerente, uma Proposta curricular organizada e uma escrituração escolar sistematizada podem contribuir para maior clareza dos procedimentos e das responsabilidades institucionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida entre março a dezembro de 2025, junto ao Colégio Municipal São Francisco, à Escola Municipal Carlos Gomes e à Escola Municipal Governador Archer, possibilitou acompanhar um processo complexo de organização e sistematização documental voltado à preparação dos processos de reconhecimento das instituições.

Ao longo dos nove meses, foram realizadas visitas técnicas, observações, entrevistas, momentos de escuta, análise documental, reuniões e orientações às equipes escolares. Essas ações permitiram não apenas reunir a documentação prevista pela Resolução CME nº 02/2021, mas também refletir sobre diferentes dimensões da organização escolar.

Os resultados indicam que o processo contribuiu para o avanço da organização documental, para a atualização dos instrumentos institucionais e para a ampliação da compreensão dos profissionais acerca das exigências normativas relacionadas ao funcionamento das escolas.

Entretanto, a principal contribuição da experiência esteve na compreensão de que o reconhecimento institucional não deve ser reduzido a um procedimento burocrático. Trata-se de uma oportunidade para que a escola conheça melhor sua própria realidade, organize sua memória institucional, reveja suas práticas e fortaleça seus instrumentos de planejamento e gestão.

A experiência também demonstrou a importância da articulação entre os diferentes sujeitos e instituições que compõem o sistema municipal de ensino. A cooperação entre Secretaria Municipal de Educação, escolas e Conselho Municipal de Educação possibilitou que o processo fosse desenvolvido de forma mais orientada e participativa.

Nesse sentido, a organização documental mostrou-se inseparável da dimensão pedagógica e da gestão escolar. Documentar, nesse contexto, significa também registrar a identidade da instituição, seus princípios, sua organização, suas práticas e seus compromissos com a educação.

Ao final do período de acompanhamento, foi possível avançar na preparação dos elementos necessários aos processos de reconhecimento das três instituições, deixando como aprendizagem a compreensão de que a qualidade da organização escolar depende não somente do cumprimento das normas, mas também da capacidade de transformar as exigências legais em processos formativos, participativos e coerentes com a realidade de cada comunidade escolar.

Assim, a experiência reafirma a importância de políticas de acompanhamento e orientação às instituições educacionais, especialmente em contextos municipais, nos quais a aproximação entre os órgãos gestores, os conselhos de educação e as escolas pode favorecer processos mais dialógicos, sistemáticos e comprometidos com o fortalecimento da educação pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?ano=2026&ato=2eegXSE50djpWT33e&numero=15388&tipo=LEI . Acesso em: 28 out. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. A obra aborda a reflexão sobre a prática educativa, o diálogo, a autonomia e a formação crítica.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CODÓ – MA. **Resolução CME nº 02, de 2021**. Estabelece normas para o credenciamento, autorização de funcionamento, reconhecimento, renovação de reconhecimento e desativação de atividades das instituições de ensino da rede pública municipal e das instituições privadas que oferecem Educação Infantil. Codó, MA, 2021.